

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



IMAGINÁRIOS SOCIAIS SOBRE DEFICIÊNCIA E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Simone Zanatta Guerra¹

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani²

A presente escrita origina-se de uma pesquisa de Mestrado em Educação, em desenvolvimento, cujo objetivo é analisar os imaginários sociais acerca da deficiência e seus reflexos nas políticas educacionais inclusivas. Neste sentido, esta seção foi construída através de pesquisa básica, exploratória e bibliográfica, e traz conceitos teóricos e reflexões acerca da temática proposta, visando dar subsídio teórico nesse movimento de fazer-pesquisa.

O imaginário social é um conceito polissêmico na medida em que, estudado por diferentes pensadores, assume variados contornos no que diz respeito a concepções, influências e potencialidades. Nesta escrita, tomou-se como ponto de partida a perspectiva trazida pelo filósofo e historiador Bronislaw Baczko (1985), segundo o qual a imaginação social se desloca da seara do ilusório para adentrar os estudos da área das ciências humanas e sociais, na medida em que passou a ser vista como um símbolo que atua na efetividade da vida social.

Assim, vinculando a ideia de imaginário social como uma estratégia que opera no âmbito do poder simbólico, Baczko refere que “as ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas” (1985, p. 297). Além disso, Baczko também ressalta a estrutura complexa do imaginário social, que atua em diferentes níveis da vida social e da coletividade, enquanto estratégias de disputa, visto que ocorre a partir de oposições

[...] que estruturam as forças afectivas que agem sobre a vida colectiva, unindo-as, por meio de uma rede de significações, as dimensões intelectuais dessa vida colectiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranqüilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir (relativamente ao grupo em causa), etc. (1985, p. 312).

A partir dessa concepção trazida por Baczko, pode-se seguir a discussão sobre os caminhos dessas representações sociais na vida coletiva nos modos em que conhecemos hoje.

¹ Mestranda em Educação no PPGEduc/Universidade de Passo Fundo. 121094@upf.br.

² Docente do PPGEduc/Universidade de Passo Fundo. rosimaresquinsani@upf.br.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UPF

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



AMOSC
Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Interessa a esta escrita, em especial, duas das dimensões aqui postas: (i) a discussão sobre a atuação dos imaginários sociais enquanto estratégia de poder simbólico; e (ii) o seu uso para a deslegitimação e exclusão da diferença do outro. Essas dimensões, ao se entrelaçarem entre si e com outros mecanismos de poder, são responsáveis pela tessitura de uma rede de dominação que afeta, principalmente, os grupos sociais que são comumente excluídos. É aqui que localizo a interlocução dessa discussão com as realidades vivenciadas por pessoas com deficiência.

Importante salientar que, quando os imaginários sociais são assimilados como mecanismos de deslegitimação da diferença produzida na/pela deficiência, esses associam-se com processos de estigmatização dos sujeitos. Essa discussão se baseia na concepção de *estigma* trazida por Erving Goffman (1978), que a descreve como a situação do sujeito que não está habilitado para a plena aceitação social, considerando que apresenta atributos que, socialmente, destoam de certo padrão de normatividade. Assim, segundo Goffman, a sociedade tende a construir uma teoria do estigma, visando explicar a inferioridade desse sujeito e reforçando uma identidade social depreciativa, que representa o perigo trazido pela diferença. Dessa forma, afirma Goffman, o ser desviante, que difere do padrão socialmente normatizado, é categorizado e discriminado, passando por processos de estigmatização social.

Assim, nesse enredo de corpos e de sujeitos que desacomodam a estrutura social, mostrando que há outros modos de viver e destoando dos padrões de *bionormatividade*, encontram-se as pessoas com deficiência. Quando falamos em deficiência é importante demarcar a partir de que perspectiva se centra a discussão, considerando que historicamente essa vem tomando diversos contornos. Desse modo, encontra-se em Diniz *et. al* (2009, p. 65) um entendimento que coaduna com as reflexões aqui propostas.

A normalidade, entendida ora como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie, ora como um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais, foi desafiada pela compreensão de que deficiência não é apenas um conceito biomédico, mas a opressão pelo corpo com variações de funcionamento. A deficiência traduz, portanto, a opressão ao corpo com impedimentos: o conceito de corpo deficiente ou pessoa com deficiência devem ser entendidos em *termos políticos* e não mais estritamente biomédicos (grifos nossos).

Considera-se essa questão bastante relevante justamente por dar eco à dimensão social e política da deficiência, que perpassa aspectos biomédicos, mas está longe de se restringir a eles. Isso porquê a estrutura social influencia diretamente as vivências das pessoas com deficiência,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



ressignificando-as – muitas vezes de forma negativa, a partir da opressão e da obstrução à plena e efetiva participação na sociedade (DINIZ *et. al*, 2009).

Outrossim, é importante salientar que, em âmbito legal, a abordagem da deficiência também se modificou ao longo do tempo, haja vista a influência dos contextos sócio-históricos, bem como das intencionalidades transversalizadas nos documentos legais e normativos. No Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, Art. 2º), apresenta-se a concepção de pessoa com deficiência como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Percebe-se, assim, que a legislação também passa a ampliar o escopo de análise das deficiências para além do saber biomédico, relacionando-as com as barreiras sociais que afetam as pessoas com deficiência em seus percursos de vida. Esses percursos, tão múltiplos, também fazem suas travessias dentro das instituições escolares. Desta forma, para dar conta dessa diversidade no âmbito da escola, desenvolveram-se políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência. De acordo com Saviani, “a política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação” (2008, p. 7). Nessa esfera, o paradigma que hoje encontra respaldo legal e científico é o da *educação inclusiva*.

Quando se fala em educação inclusiva, faz-se referência à uma educação que possibilita a abertura para a diferença, seja ela qual for. É a educação voltada para todos e todas, em suas singularidades e multiplicidades. Nessa perspectiva as instituições escolares, bem como demais espaços sociais, devem se adaptar e buscar a efetiva garantia do atendimento às pessoas com deficiência, de modo a alcançar uma educação verdadeiramente democrática (NUNES *et. al*, 2015). Nesse campo da inclusão escolar das pessoas com deficiência, Nunes *et. al* nos trazem uma reflexão de grande relevância para que possamos fazer uma análise crítica da materialização dessas políticas educacionais.

Especificamente sobre a convivência com pessoas com deficiência, vale lembrar a ênfase dada a essa condição, ofuscando outras características, praticamente desconsiderando o sujeito. Para além da deficiência há um sujeito com desejos, vitórias, medos, limitações, com concepções ideológicas, fazeres, gostos, vontades que não devem ser negligenciados em generalizações. Exaltar apenas essa característica desmerece as conquistas, as capacidades, a própria singularidade do sujeito (2015, p. 1110).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC
ASSOCIAÇÃO DOS MESTRES DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Nesse sentido, as pesquisadoras referem a importância de um olhar humanizado e ampliado aos sujeitos, seus desejos e percursos de vida, de forma a desconstruir o viés negativista com que a deficiência ainda é tratada. Ressalta-se, acerca desse último aspecto, a concepção de Vygotski (1997) de que “[...] não é possível nenhuma prática educativa construída sobre a base de princípios e definições puramente negativos” (p. 13, tradução nossa).

Entretanto, as políticas educacionais – entre elas as direcionadas à inclusão das pessoas com deficiência –, longe de serem neutras, são tomadas por intencionalidades, transversalizadas por imaginários sociais e construídas sob relações de poder. O professor Pedro Antônio Pagni (2019) desenvolveu uma pesquisa que traça interlocuções entre poder simbólico, educação e deficiência. Segundo Pagni (2019, n.p.), “uma série de dispositivos foi elaborada a fim de minimizar os efeitos dessa vida anômala, deficiente, que adentra a essa instituição [escolar], tentando atenuar a diferenciação desses atores, capturá-los e integrá-los por meio dos discursos sobre a inclusão escolar e de práticas denominadas de inclusivas”. Assim, os modos de estar da escola podem inviabilizar ou potencializar as formas de vida dos sujeitos considerados atípicos e que “[...] afrontam os sentidos homogeneizadores, padronizadores e normalizadores da escola” (PAGNI, 2019, n.p.).

Ressalta-se a importância de compreender a escola enquanto uma instituição social inserida em uma conjuntura sócio-política mais ampla, a qual influencia as práticas institucionais e os modos de pensar dos sujeitos que as integram. Atualmente, vivemos sob a égide do capitalismo neoliberal, sendo que sua lógica, suas estratégias e seus mecanismos permeiam as mais diversas relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos, inclusive adentrando o ambiente escolar. Tal processo social influi, assim, nas concepções de deficiência e de educação inclusiva, na medida em que “[...] todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (BACZKO, 1985, p. 309).

Neste sentido, conclui-se que não podemos analisar o imaginário social acerca da deficiência sem contextualizá-lo no momento histórico-social em que esse toma forma, bem como importa considerar sua influência no percurso das políticas educacionais inclusivas, a fim de viabilizar e potencializar o olhar integral e humanizado às pessoas com deficiência que nelas se incluem.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Palavras-chave: Deficiência. Educação inclusiva. Imaginários sociais.

REFERÊNCIAS:

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BRASIL. **Lei nº 13.146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufido dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. In: **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, nº 11, dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. In: **Psicologia: ciência e profissão**. Vol. 35, n. 4. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001312014>. Acesso: 09 ago. 2020.

PAGNI, Pedro Angelo. **Biopolítica, deficiência e educação**: outros olhares sobre a inclusão escolar. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2019 (versão online).

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. In: **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, nº 24, p. 7-16, jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>. Acesso em: 07 nov. 2020.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V**: Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

